

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES EM SALVADOR

Socio-spatial segregation and inequalities, in Salvador

Resumo

Este Artigo discute a segregação socioespacial e a segmentação urbana na cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia e terceira maior metrópole brasileira. Destacando a relevância do tema e do chamado “efeito território” para a produção e reprodução das desigualdades urbanas, nas grandes cidades brasileiras, o Texto analisa os padrões de diferenciação do território urbano, em Salvador e suas articulações com as condições socioeconômicas e raciais. Reporta-se às transformações ocorridas, mais recentemente, na estrutura urbana da cidade e conclui apontando seus impactos sobre as condições de vida e a vulnerabilidade da população.

Palavras-chave: Segregação socioespacial. Efeito território. Desigualdades urbanas. Salvador.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Doutora em Sociologia – USP, Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades dessa Universidade, do Observatório das Metrôpoles e do CNPq. E-mail: inaiammc@ufba.br

Gilberto Corso Pereira

Doutor em Geografia, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do CNPq e do Observatório das Metrôpoles. E-mail: corso@ufba.br

Este trabalho analisa o fenômeno da segregação socioespacial e a segmentação urbana a partir de um estudo de caso sobre Salvador, que foi a primeira capital do Brasil e hoje constitui o terceiro maior centro urbano do país com uma população de 2.776.607 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010.

O fenômeno da segregação, com a diferenciação dos espaços urbanos e seus impactos sobre a vida dos moradores da cidade, vem sendo discutido desde os primórdios da Escola de Chicago, considerada como o marco do nascimento da Sociologia Urbana. Abordando a separação etnorracial e a realidade dos guetos negros, esses estudos se multiplicaram nos Estados Unidos, levando à associação do fenômeno com a discriminação racial. Posteriormente, porém, essas discussões chegaram à França e a outros países europeus, onde a segregação tem um caráter socio-ocupacional. Com o avanço dos debates sobre o seu significado, intensidade,

procedimentos de medida, determinantes raciais ou socioeconômicos e formas de manifestação, esses estudos chegaram ao Brasil, nas últimas décadas, com pesquisas que evidenciam suas características e seus impactos sobre o acesso da população aos serviços básicos, sobre a obtenção de trabalho e renda, o acúmulo de capital cultural e social, a mobilidade urbana e a exposição à criminalidade e à violência.

Tais pesquisas deixaram patente a relevância do chamado “efeito território” para a conformação e reprodução das desigualdades urbanas nas grandes cidades brasileiras, a exemplo de Salvador, em cujos primórdios já se encontrava uma separação no interior do domicílio e no âmbito da edificação, com os escravos e agregados residindo quase sempre nos andares inferiores dos sobrados das famílias mais abastadas. Em termos de inserção urbana os primeiros sinais do fenômeno no espaço construído se manifestaram nas franjas da ocupação contínua, com as novas moradias edificadas no final do século XIX para famílias ricas, partindo do então centro da cidade, na direção sul (Campo Grande, Vitória e Graça) e, para as famílias pobres, na direção norte (Lapinha, Soledade, Cidade Nova), como bem assinala Souza (2000).

Contudo, a apropriação diferenciada do espaço urbano, com seus impactos sobre as desigualdades, vai-se intensificar e consolidar com o surgimento da Salvador moderna a partir dos anos 1960, quando se incrementou a ocupação da orla pelas camadas de alta e média renda e a concentração dos pobres nas áreas então distantes e desequipadas do Miolo, do Subúrbio Ferroviário e dos limites da capital em Lauro de Freitas e Simões Filho, configurando um padrão de desenvolvimento em torno de três grandes vetores: a Orla Atlântica como a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses do capital imobiliário; o Miolo, localizado no centro geográfico do município, que começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para denominada “classe média baixa” na fase áurea do Sistema Financeiro de Habitação, e que teve a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita; já o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea ainda no século XIX, passando a sediar loteamentos populares sem controles urbanísticos a partir de 1940, com as suas áreas livres sendo também invadidas. Com isso ele se transformou em um dos espaços mais carentes e problemáticos da cidade, concentrando uma população bastante pobre e

sendo marcado pela precariedade habitacional, pela deficiência de infraestrutura e serviços básicos e, nos últimos anos, por altos índices de violência (FRANCO; SANTOS; GABRIELLI, 1998).

Esta diferenciação do território de Salvador foi analisada por Carvalho e Pereira (2008), com a metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO; LAGO, 2000) e os dados dos Censos Demográfico de 1991, 2000 e 2010 sobre a ocupação da população economicamente ativa da cidade. Partindo-se do pressuposto teórico de que o trabalho constitui a variável básica para a compreensão das hierarquias e da estrutura social, traduzindo, em grande medida, o lugar que as pessoas ocupam nas relações econômicas e a dimensão simbólica desse lugar (BOURDIEU, 1989), essas ocupações foram classificadas e agregadas em categorias mais abrangentes.

Em um segundo momento, foi analisada a distribuição delas no espaço da cidade, utilizando como recorte territorial áreas definidas por uma agregação de setores censitários utilizados no censo demográfico de 2000 pelo IBGE – áreas de ponderação¹ – e adaptada para os setores censitários utilizados no censo demográfico de 1991. Levando em conta como as diversas categorias ocupacionais se encontravam representadas nas diversas áreas, foi elaborada uma tipologia que as classificou como superior, média superior, média, média popular, popular e popular inferior, de acordo com a composição de seus moradores.

Na categoria superior, predominam os grandes empresários locais, dirigentes do setor público e do setor privado, ao lado do grupo denominado como intelectuais (ou seja, profissionais de nível superior, autônomos ou empregados); na média superior, o predomínio é dos intelectuais; na média, os profissionais de nível superior se misturam com pequenos empregadores e trabalhadores em ocupações técnicas, de supervisão, de escritório, ocupações médias de educação e saúde e atividades similares; a média popular (que só apareceu na análise baseada nos dados censitários de 1991) tem índices consideráveis das chamadas ocupações médias, mas, também, uma grande presença de categorias populares, como trabalhadores manuais da indústria e de serviços auxiliares e trabalhadores do comércio; nas áreas de caráter popular, predominam trabalhadores manuais da indústria e do comércio, assim como prestadores de serviços com

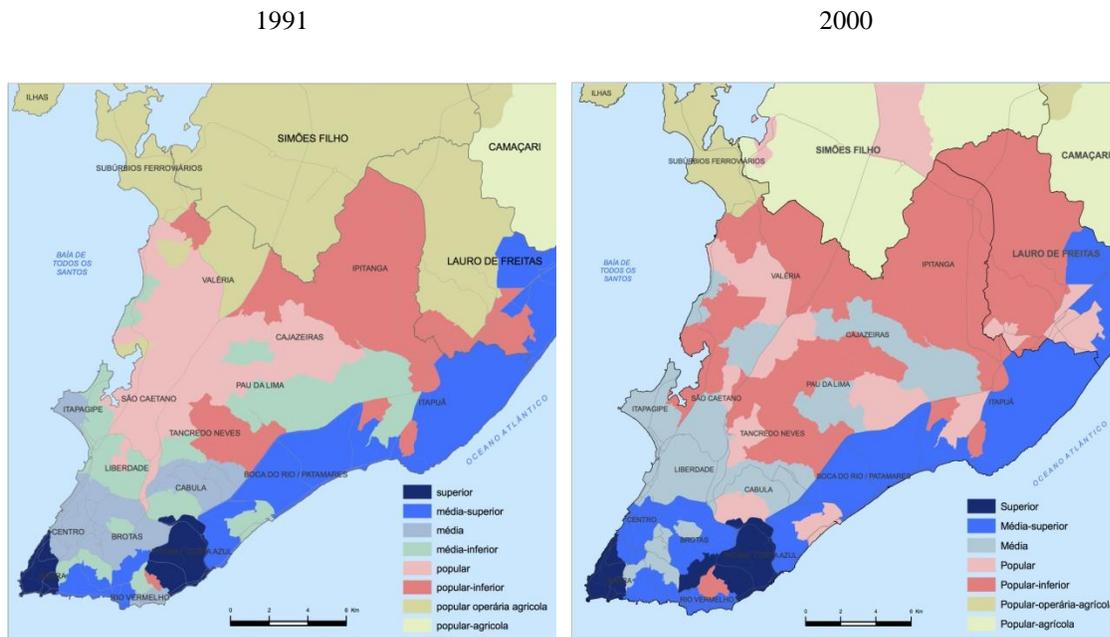
¹ Segundo a documentação do IBGE (2010), “Área de Ponderação” é uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários. É utilizada para a agregação dos dados da amostra do censo.

alguma qualificação; naquelas classificadas como popular inferior, há uma conjugação desses trabalhadores com prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.

A distribuição dessas categorias no espaço revela a ocupação da Orla Atlântica de Salvador e de Lauro de Freitas (com quem o polo metropolitano já se conurba) pelos grandes empregadores, dirigentes e trabalhadores intelectuais, em uma mancha praticamente contínua, limitada a noroeste pela chamada Avenida Paralela, eixo viário importante que faz a ligação de Salvador com o vetor de expansão do Litoral Norte e se configura como a “fronteira” da área nobre da cidade. Rompendo a continuidade dessa mancha, encontram-se alguns enclaves de baixa renda, como o Nordeste de Amaralina (que se destaca pela sua elevada densidade populacional), a Boca do Rio e o Bairro da Paz, antigas invasões que se consolidaram como bairros populares. Os setores médios também ocupam essas áreas, assim como o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade. As áreas populares abrigam a população que não tem possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas no Miolo ou no Subúrbio Ferroviário de Salvador e nos seus municípios vizinhos – Lauro de Freitas e Simões Filho. Os trabalhadores de subsistência tinham uma forte presença nessas áreas e em alguns pequenos interstícios da Orla Atlântica, como se observa pelo Mapa 1.

As articulações existentes entre as condições socioeconômicas, as diferenças raciais e a localização de moradia levaram esses espaços a assumir diferentes “cores”. A parte central da cidade e a Orla Atlântica, onde ficam as áreas que foram classificadas como médias e superiores e bairros como a Barra, Graça, Campo Grande/Canela e Pituba constituíram os espaços privilegiados da parcela branca da população. Já os pretos e pardos se abrigavam predominantemente em áreas do tipo popular ou popular inferior ou em alguns enclaves do centro e da Orla, como o Engenho Velho da Federação, o Alto das Pombas, o Nordeste de Amaralina e o Bairro da Paz, e as diferenças e desigualdade entre esses diferentes espaços puderam ser constatadas através de vários indicadores.

Mapa 1 – Tipologia socioespacial - Salvador, 1991 e 2000



Fonte: IBGE, dados do Censos Demográficos de 1991 e 2000 processados pelos autores. Elaboração dos autores.

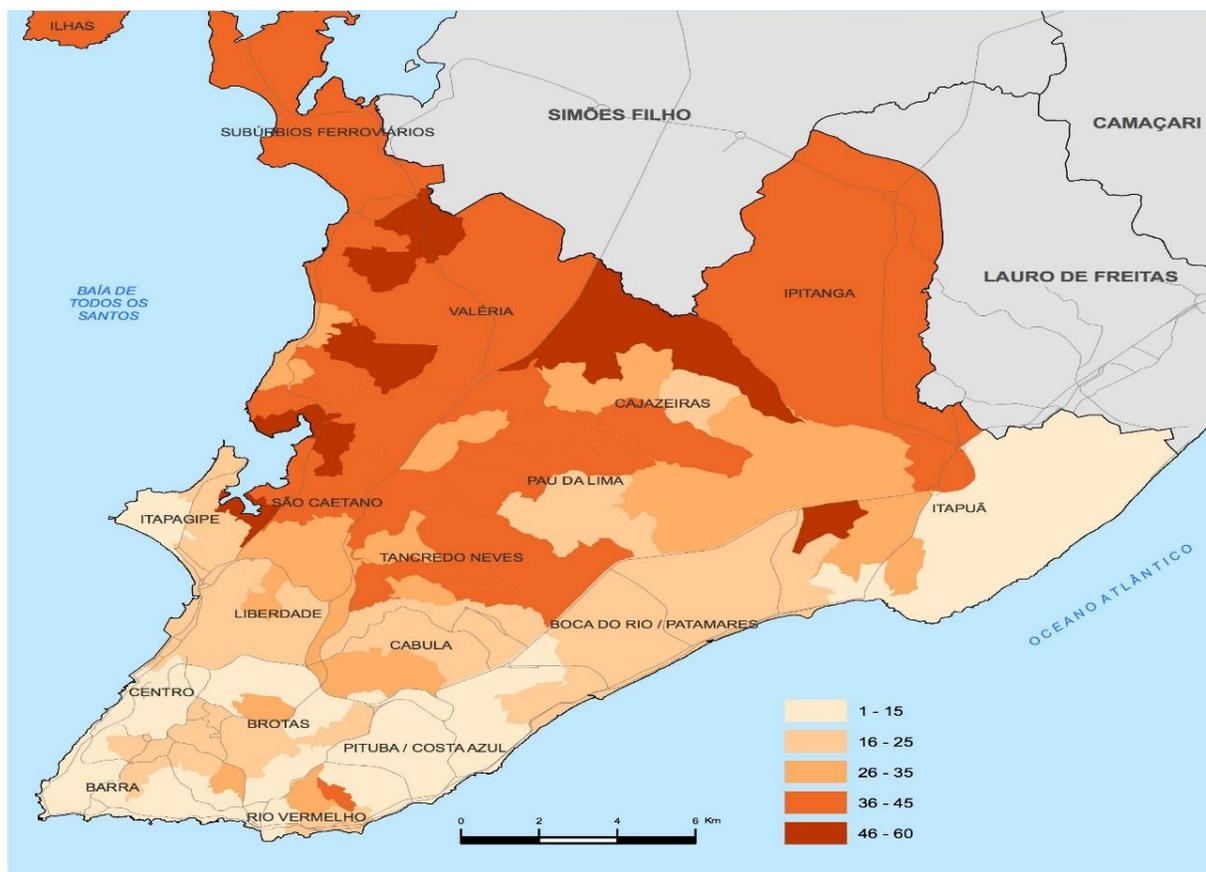
Dados relativos à renda do responsável pelo domicílio e à renda da família, por exemplo, confirmavam a concentração da riqueza na “área nobre” e, notadamente, na Barra, na Pituba e em suas adjacências, assim como a intensa pobreza dos moradores dos Alagados, São João, Boa Vista do Lobato, Paripe, Bairro da Paz, Águas Claras, Cajazeiras e outras áreas do Subúrbio e do Miolo, como ilustra o Mapa 2.

Era também nesse tipo de área que se concentravam o analfabetismo funcional, o atraso escolar, os jovens que não trabalhavam nem estudavam, o desemprego, a informalidade, os domicílios precários e outros problemas sociais (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

É verdade que, ao longo da primeira década deste novo século, a cidade experimentou certas mudanças e alguns desses problemas foram um tanto atenuados. Com a recuperação nacional do crescimento econômico, tanto a economia quanto o mercado de trabalho soteropolitano também foram dinamizados, principalmente pela expansão do comércio, dos serviços e da construção civil. Aumentaram as oportunidades de trabalho, o assalariamento e sua

formalização, paralelamente a um relativo decréscimo das atividades por conta própria – núcleo do chamado informal – e do desemprego. Registrou-se, igualmente, uma certa recuperação dos ganhos dos trabalhadores, ampliando o seu poder de consumo, e um avanço dos seus níveis de escolaridade.

Mapa 2: Famílias com renda *per capita* mensal até meio salário mínimo (%) - Salvador, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração dos autores

Contudo, como ressaltam Carvalho e Borges (2014), manteve-se o perfil da economia regional centrada sobretudo nos serviços e em atividades de baixa produtividade e reduzida geração de valor agregado. A maioria dos ocupados persistiu vinculada a atividades que não se destacam pela geração de postos de trabalho de maior qualidade; a participação de atividades como o serviço doméstico, o pequeno comércio e aquelas mal definidas na estrutura ocupacional

continuaram sendo bastante expressivas e as taxas de desemprego se mantiveram elevadas, superiores não apenas às das principais metrópoles como às da média do país.

Por outro lado, analisando-se a distribuição das pessoas de 10 anos e mais ocupadas na semana dos censos por classe de rendimento nominal mensal no trabalho principal, fica evidente que apesar da melhoria ocorrida entre 2000 e 2010 (e mesmo levando em conta a elevação do valor real do salário mínimo), os ganhos dos trabalhadores permaneceram restritos. Eles se concentravam no patamar de um a três salários mínimos, onde ficou situada a maior parte do saldo de postos de trabalho formais criados na década, conforme os dados da tabela que se segue. Tais dados evidenciam, igualmente, uma redução da frequência relativa das faixas de renda superiores, notadamente acima de 10 salários mínimos.

Tabela 1: Distribuição das pessoas de 10 anos e mais de idade ocupadas na semana de referência por classes de rendimento mensal no trabalho principal - Salvador, 2000 e 2010

Camadas de Rendimento	2000	2010
Até um salário mínimo	26,4	40,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,0	29,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,0	9,1
Mais de 3 a 5 salários mínimos	12,4	7,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	10,8	7,3
Mais de 10 a 20 salários mínimos	5,5	2,9
Mais de 20 salários mínimos	3,0	1,1
Sem rendimentos	1,7	1,7
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010, apud Carvalho e Borges (2014).

Ademais, a distribuição dos moradores segundo as classes de renda domiciliar *per capita* em salários mínimos sintetiza e deixa mais claro o caráter das transformações recentes socioeconômicas sobre a cidade. Ainda conforme Carvalho e Borges (2014), a expansão das oportunidades de trabalho, a ampliação dos empregados com vínculo formalizado e as políticas de transferência de renda – em especial o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC reduziram significativamente o contingente em situação de extrema pobreza e elevaram a frequência dos ocupados com rendimentos equivalentes ao salário mínimo legal. Contudo, a expansão econômica e as mudanças apresentadas não foram suficientes para alterar mais

radicalmente a concentração da renda, as desigualdades e a própria pobreza de uma significativa parcela da população. Além disso, a ampla disponibilidade e o excedente de mão de obra de diversos níveis de qualificação, a elevação do valor real do salário mínimo e a política de redução dos custos do trabalho adotadas pelas empresas e pelos governos desde os anos 1990, com enxugamento, corte de postos e níveis hierárquicos e terceirizações, levaram a um achatamento dos níveis e da pirâmide salarial, penalizando, inclusive, as camadas médias. Com isso persistiram a vulnerabilidade ocupacional, os baixos níveis de renda, a precariedade habitacional, a carência de bens e serviços básicos e outros problemas que têm marcado o panorama socioeconômico da cidade, assim como a conformação da sua estrutura urbana.

Como em outras metrópoles brasileiras, esta estrutura também sofreu mutações, com o seu espraiamento para as bordas e para o periurbano, a edificação de equipamentos de grande impacto na conformação do espaço urbano, a difusão de novos padrões habitacionais e inversões imobiliárias destinadas às camadas de maior renda, a expansão da órbita do mercado e uma afirmação crescente da lógica do capital na produção e reprodução da cidade, com a transferência de boa parte das funções de planejamento e gestão da cidade do poder local para atores privados, com sérios impactos sobre a vida da população.

É verdade que, nos países capitalistas, a interferência do capital sobre o desenvolvimento urbano não constitui uma novidade. Como ressaltam Logan e Molotch (1987), nessas sociedades, a produção do espaço urbano envolve um conflito entre o seu valor de uso e o valor de troca, que opõe, de um lado, os moradores da cidade, interessados sobretudo na defesa da sua qualidade de vida e, de outro, uma coalizão de interesses econômicos comandada pelo capital imobiliário que busca um maior retorno financeiro e uma ampliação dos seus lucros, com a transformação da cidade em uma espécie de “máquina de crescimento”. Em Salvador, isso se extremou nos últimos anos. Em uma estreita e explícita associação com a prefeitura local, embalada e justificada pelo discurso do empreendedorismo urbano, a referida articulação assumiu um papel proeminente, conseguindo, inclusive, que fossem aprovados planos diretores gestados e orientados em defesa dos seus interesses, flexibilizando e alterando normas, modificando os parâmetros construtivos e elevando o gabarito na “área nobre” da cidade (CARVALHO; PEREIRA, 2013).

Para identificar a conformação mais recente da estrutura urbana de Salvador, foram utilizados os dados do Censo de 2010, mas com dificuldades e limitações que inviabilizaram uma comparação mais precisa da evolução entre 2000 e 2010, associadas, principalmente, a dois fatores. O primeiro deles decorreu de mudanças nos processos de amostragem e de definição das Áreas de Ponderação para a RMS em 2010, que levou a um menor número de áreas nesse ano do que em 2000, resultando em uma malha espacial diversa tanto em aspectos geométricos² como na escala de abrangência, impossibilitando uma comparação termo a termo, como foi feito entre 1991 e 2000 por Carvalho e Pereira (2008). O segundo problema foi a inclusão, em uma mesma Área de Ponderação, de setores censitários ocupadas por populações muito diversas em termos de características sociais. Um dos exemplos mais evidentes é a área de Itapuã, onde havia quatro Áreas de Ponderação no ano 2000, entre elas o Bairro da Paz (definido como Zona Espacial de Interesse Social – ZEIS pelo plano diretor municipal), e onde em 2010 essas quatro áreas foram misturadas em um único agrupamento de setores censitários.

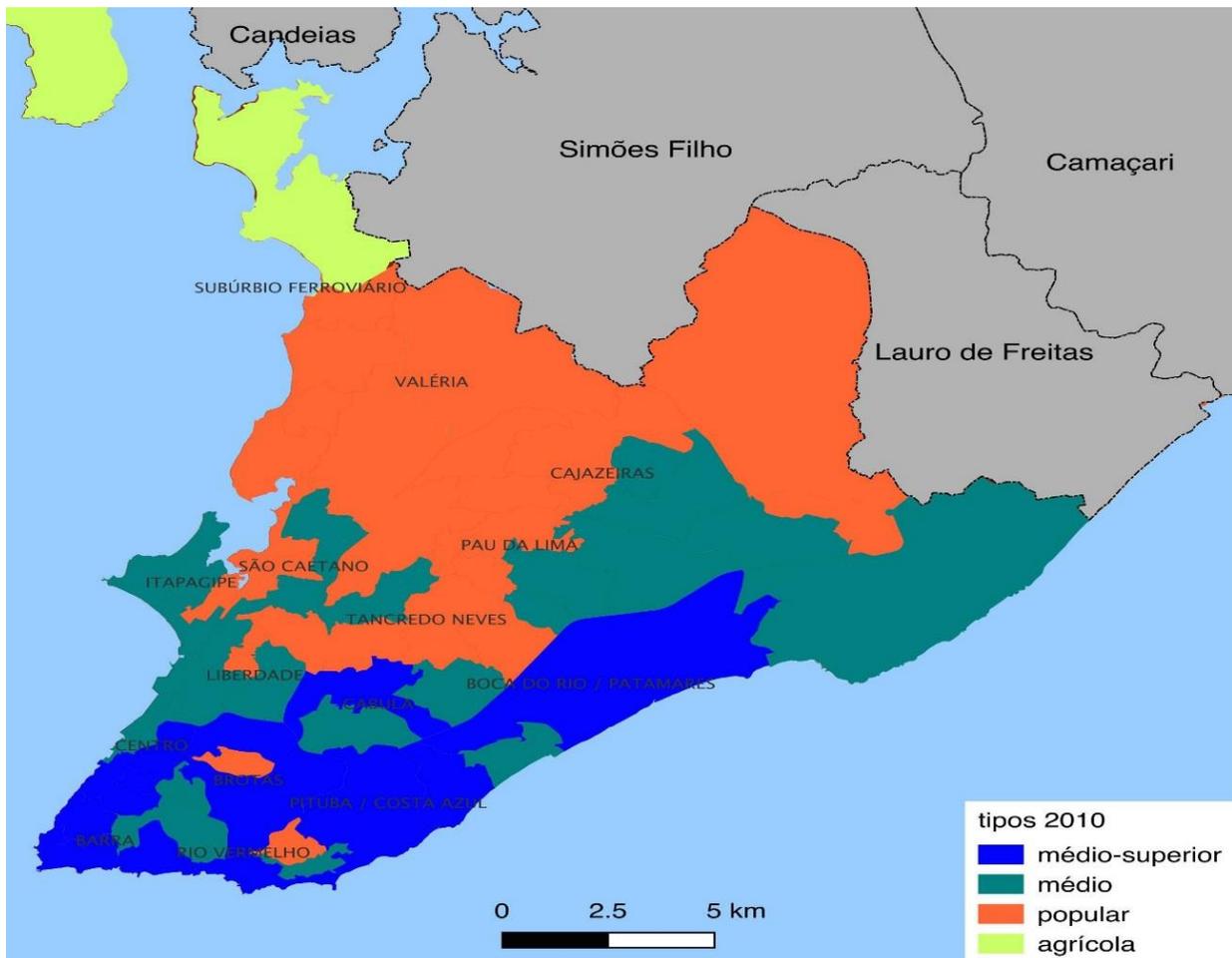
A alteração da escala tem efeitos diretos sobre os resultados das análises quantitativas, pois o universo de domicílios considerados nos Censos de 2000 e 2010 difere tanto em termos de quantidade quanto de localização, e as análises que dão origem à tipologia socioespacial têm como pressuposto a relação entre o número de pessoas ocupadas de cada área territorial, que corresponde a cada categoria socio-ocupacional. Contudo, ainda que as referidas mudanças tenham inviabilizado uma análise mais refinada da ocupação do território de Salvador, as informações censitárias evidenciam que o processo de segregação não apresenta mudanças radicais nas últimas três décadas, persistindo as diferenciações espaciais, funcionais e sociais já existentes (CARVALHO; PEREIRA, 2014).

Como o Mapa 3 deixa patente, a Orla Atlântica continua destacando-se como o espaço privilegiado das camadas de maior renda, sendo, por isso, classificada como área do tipo médio-superior. Conturbando-se com Lauro de Freitas, ela vem passando por um processo de verticalização e adensamento bastante significativos, com uma implantação crescente de

² Segundo o IBGE, no “Censo 2010, foram usados métodos e sistemas automáticos de formação de áreas de ponderação que conjugam critérios tais como tamanho [...], contiguidade [...] e homogeneidade”. Infelizmente, em Salvador, tais critérios não foram seguidos de forma absoluta, o que resultou, dentre outros problemas, em Áreas de Ponderação espacialmente descontínuas. No Censo 2000, no município de Salvador, o número de Áreas de Ponderação foi de 88 e, no censo 2010, o número de áreas foi de 63.

condomínios verticais e horizontais, que reforçam a tendência à fragmentação social e espacial, pois, como assinalam Markusen e Van Kempen (2004), a diferenciação social dos espaços pode aumentar com novas formas, padrões e artefatos físicos.

Mapa 3 - Tipologia Socioespacial - Salvador, 2010



Fonte: IBGE, dados do Censo Demográfico de 2010 processados pelos autores. Elaboração dos autores.

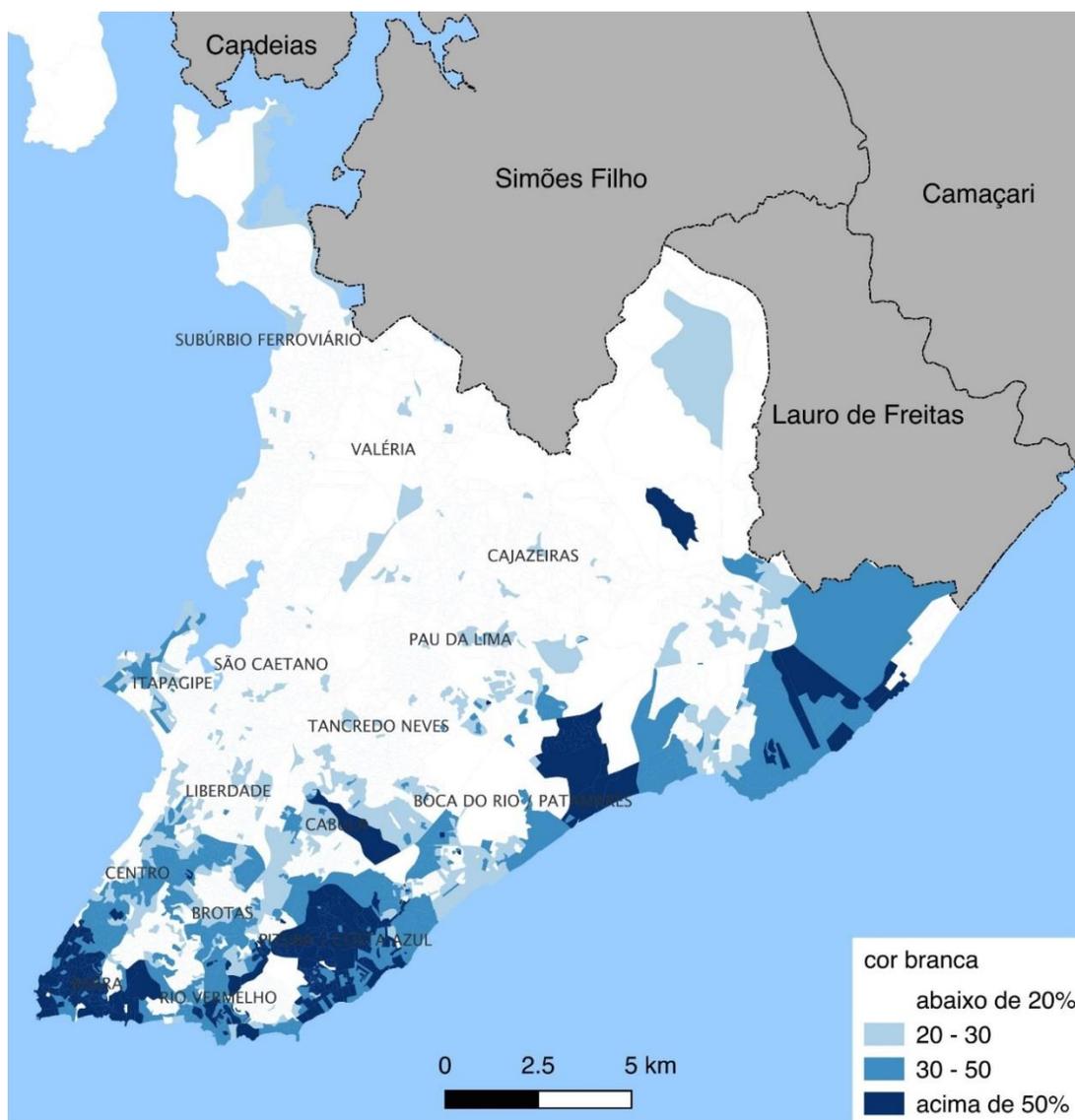
Na Orla, permanecem alguns enclaves de menor renda, como o Nordeste de Amaralina e a Boca do Rio. Na antiga área central, predomina o tipo médio no entorno do Centro Histórico tradicional, incluindo a península de Itapacipe e o tipo médio-superior na área da Vitória. Já as áreas do Miolo e do Subúrbio Ferroviário continuam como as áreas dos setores populares. Podemos considerar que padrão de segregação não sofre maiores alterações. As poucas mudanças socioespaciais podem ser atribuídas principalmente à atuação do mercado imobiliário que teve

um grande impulso nos últimos anos da década (CARVALHO; PEREIRA, 2013), com uma expansão não mais concentrada exclusivamente na Orla Atlântica, mas ocupando áreas do Miolo e do Cabula.

Salvador experimentou um rápido e crescente processo de verticalização e adensamento ao longo da década, tanto na área nobre quanto nos espaços populares. No primeiro caso isso foi decorrente da pressão do capital imobiliário; no segundo, da falta de políticas habitacionais para as camadas de baixa renda, o que tem levado à verticalização de moradias precárias, principalmente nos assentamentos mais antigos e próximos do centro e ao vetor Orla, agravando as condições da habitação e do ambiente construído, assim como a carência de infraestrutura e serviços públicos com a ampliação da demanda associada ao adensamento populacional. Nas áreas superiores, a saturação dos espaços tem como consequência principal e imediata o colapso da mobilidade urbana, com o aumento da frota de veículos em uma metrópole cujas soluções para o transporte público são bastante precárias.

Embora pouco transparente na cartografia baseada nos dados da amostra do Censo de 2010 (IBGE, que têm como recorte geográfico as Áreas de Ponderação, a diversidade do território urbano pode ser melhor percebida quando se usam variáveis associadas aos setores censitários, que permitem uma análise mais detalhada da sua ocupação. Através dos dados de renda e de cor da população, percebem-se certas características da Orla Atlântica que não aparecem na análise da estrutura urbana através das Áreas de Ponderação, como ilustram os mapas que se seguem.

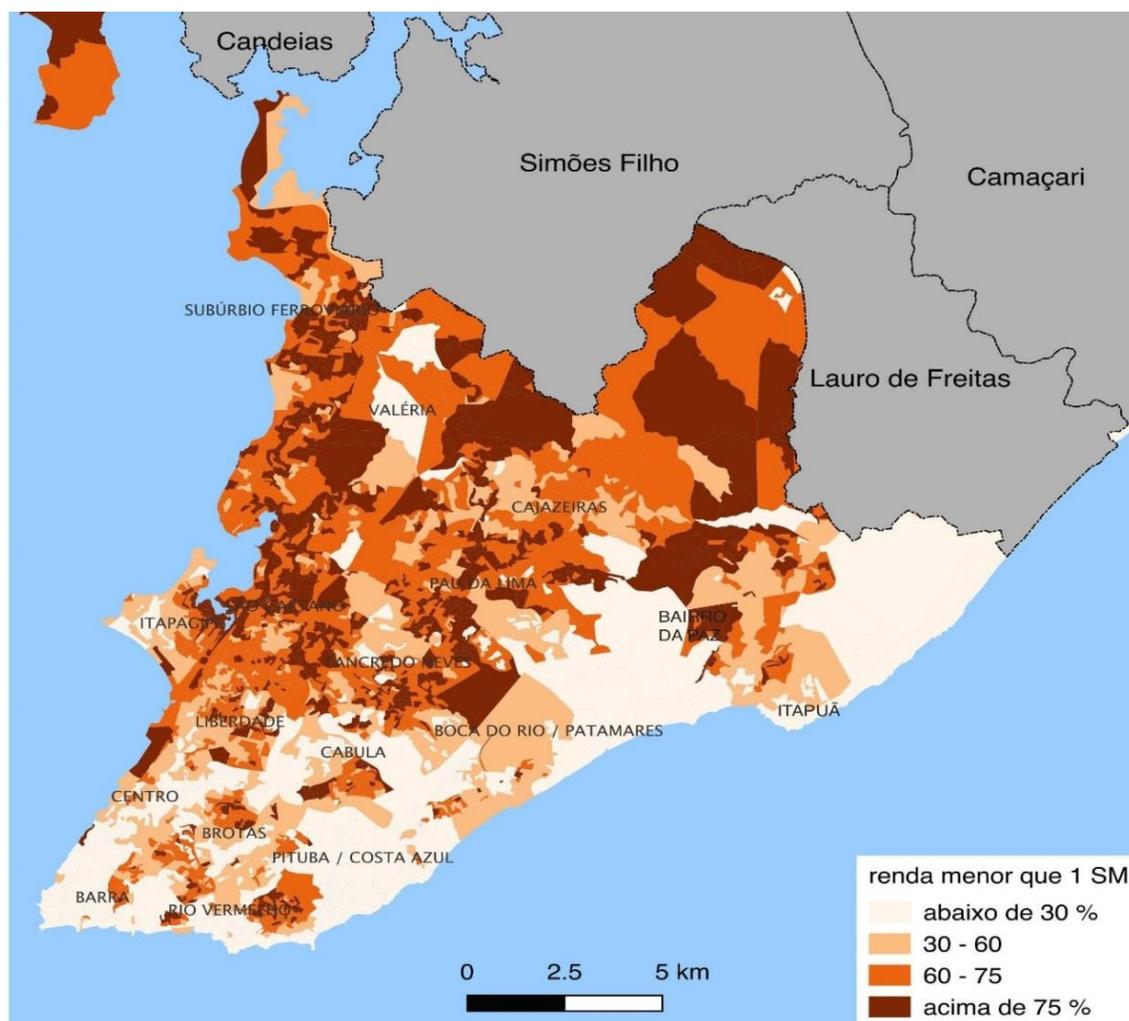
Mapa 4 – Percentual de moradores que se autodeclararam como brancos – Salvador, 2010



Fonte: IBGE, dados do Censo Demográfico de 2010 processados pelos autores. Elaboração dos autores.

Fica evidente, por exemplo, a heterogeneidade que caracteriza a área de Itapua, classificada conforme a metodologia utilizada no presente trabalho como do tipo médio, apesar de abrigar áreas de pobreza, como o Bairro da Paz, onde mais de 75% dos domicílios têm uma renda *per capita* inferior a um salário mínimo, como podemos ver no mapa 5. Observa-se, também, a existência de espaços “brancos” e mais afluentes em áreas como a Barra, a Pituba e Patamares, assim como a aglomeração da pobreza no Subúrbio Ferroviário e em áreas como Alagados, São Caetano e nas bordas de Cajazeiras.

Mapa 5 – Percentual dos domicílios com renda *per capita* inferior a um SM - Salvador, 2010



Fonte: IBGE, dados do Censo Demográfico de 2010 processados pelos autores. Elaboração dos autores.

O padrão de segregação residencial em Salvador continua dentro do modelo centro-periferia reforçado pelo aumento da verticalização das áreas centrais, com a sua consequente densificação. Todavia, outros dados mostram tendências de dispersão espacial com maior fragmentação e segmentação do espaço da metrópole. Podemos notar, por exemplo, o aumento de condomínios fechados horizontais de alto padrão na Orla Atlântica de Salvador e Lauro de Freitas e o surgimento de megacondomínios num padrão de torres verticais, alguns com mais de mil unidades, em lançamentos recentes (últimos cinco anos) do mercado imobiliário em setores mais afastados das áreas centrais e da Orla Atlântica. São empreendimentos que ocupam grandes glebas do solo, fisicamente fechados por dispositivos como cercas, muros e guaritas, que não

permitem uma integração com o tecido urbano circundante, sendo projetados como enclaves de alta e média renda.

Os espaços de consumo também reforçam a tendência de dispersão e fragmentação. Em Salvador, os grandes centros de compra e serviços têm-se multiplicado, em alguns casos associados aos megacondomínios acima mencionados. São espaços de uso coletivo, mas privados e projetados para serem acessíveis por automóveis, modo de transporte que, segundo dados da recente pesquisa de origem e destino em Salvador, representa 23% das viagens em Salvador.

Conforme inicialmente mencionado, a segregação, a diferenciação do espaço urbano e o local de residência têm efeitos significativos sobre as condições sociais e as desigualdades, pois interferem sobre o acesso aos serviços básicos, as condições de escolaridade, os padrões de sociabilidade, a construção de redes e o acúmulo de capital social e cultural. Nos espaços degradados, onde se concentram os grupos mais vulneráveis, isto contribui para reproduzir ou acentuar suas dificuldades de subsistência, inclusive porque a desvalorização e a estigmatização desses espaços também se estendem a seus moradores.

No que tange às oportunidades educacionais, por exemplo, diversos estudos têm verificado que as escolas públicas tendem a diferenciar-se conforme a área onde se localizam, com sérias desvantagens para aquelas situadas nas favelas, periferias e outras áreas pobres da cidade. Sem encontrar, nessas escolas, condições mais favoráveis para o alcance das credenciais educacionais exigidas crescentemente para uma melhor inserção ocupacional, seus moradores também são prejudicados no que tange ao acesso às redes e do capital social.

Como para trabalhadores de menor escolaridade e renda, o acesso às oportunidades de trabalho depende, principalmente, dos contactos e indicações pessoais, a homogeneidade da vizinhança e a estreiteza das redes sociais representam mais um fator adverso à sua inserção ocupacional. Essa inserção, as condições de vida desses grupos e a própria dinâmica mais ampla da cidade também parecem ser negativamente afetadas pela distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços e das oportunidades de emprego e de obtenção de renda no espaço urbano, dada a crescente distância entre os locais de residência e do trabalho da maioria da população.

Nas áreas densamente povoadas e homogêneas de Salvador e de outras metrópoles brasileiras, onde reside a maioria da população, o baixo poder aquisitivo dos moradores nem sempre é suficiente para estimular o surgimento de subcentros fortes e de maiores oportunidades de emprego formal. Muitas dessas áreas sediam apenas algumas atividades ligadas mais imediatamente à reprodução, como bares ou pequenas mercearias, obrigando seus residentes a longos deslocamentos para procurar emprego e trabalhar, dependendo de um sistema de transportes coletivo lento e precário e arcando com os custos monetários e não monetários desse deslocamento.

Em Salvador, como em outras cidades brasileiras, a distribuição desigual das atividades econômicas no meio urbano vai-se traduzir em uma grande concentração dos empregos formais em algumas poucas áreas, de forma bastante desproporcional à distribuição da população. Analisando esse fenômeno com base em dados do último Censo e da RAIS, Borges e Carvalho (2014) constataram como esses empregos se encontravam bastante concentrados no antigo centro da cidade e nos espaços ocupados pela população de mais alta renda. Mais precisamente, nas Regiões Administrativas do Centro antigo, da Pituba-Costa Azul (onde fica a Avenida Tancredo Neves e o Iguatemi, modernos centros de comércio e serviços da capital baiana) da Barra, Rio Vermelho, Boca do Rio-Patamares, Brotas e Itapuã, neste último caso, em decorrência da concentração dos empregos públicos no Centro Administrativo.

Conforme ressaltam as autoras, essas regiões se destacam tanto pelos elevados percentuais no total de estabelecimentos e empregos, como por concentrar, também, quase todos os tipos de postos de trabalho, considerados os grupos ocupacionais e os níveis de remuneração. São locais de emprego para todos os perfis de trabalhadores, o que contribui para ampliar seu poder de atração de novos empreendimentos e de mais postos de trabalho, em detrimento de outros espaços urbanos, muito embora as deseconomias de escala geradas pelos congestionamentos venham estimulando o surgimento de novos espaços de concentração de atividades, em especial aquelas voltadas para o consumo empresarial e os segmentos de mais alta renda. Mas isso não altera as desvantagens das áreas que concentram os segmentos mais pobres da população, a exemplo de Tancredo Neves, São Caetano, Subúrbio Ferroviário e Cajazeiras, conforme os dados da tabela 2.

Tabela 2: População e postos de trabalho por regiões administrativas – Salvador, 2010

Regiões Administrativas	Pessoas residentes		Postos de trabalho*	
	N	%	N	%
Centro	100.232	3,5	143.498	20,3
Pituba – Costa Azul	184.298	6,4	136.783	19,3
Barra	95.348	3,3	46.856	6,6
Itapuã	235.612	8,1	86.623	12,2
Boca do Rio – Patamares	118.334	4,1	38.049	5,4
Brotas	209.119	7,2	58.724	8,3
Rio Vermelho	133.571	4,6	31.154	4,4
Valéria	65.073	2,2	10.698	1,5
Itapagipe	172.921	6,0	23.163	3,3
Cabula	170.113	5,9	21.516	3,0
Pau da Lima	264.131	9,1	29.145	4,1
Liberdade	172.685	6,0	16.947	2,4
Ipitanga	60.939	2,1	5.364	0,8
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3
Tancredo Neves	245.230	8,5	18.284	2,6
Subúrbio	290.017	10,0	19.949	2,8
Cajazeiras	162.687	5,6	5.460	0,8
Ilhas	6.434	0,2	-	-
Total	2.899.392	100,0	708.448	100,0

Fonte: Censo Demográfico e RAIS, 2010, apud Borges e Carvalho (2014).

* Exclui os não localizados.

Ademais, algumas dessas áreas, desvalorizadas e marcadas pela informalidade e pela reduzida presença do Estado e das instituições de segurança pública, têm-se tornado presas do tráfico de drogas e do crime. Organizações criminosas têm-se apropriado desses territórios, articulando, a partir deles, suas ações no espaço mais amplo da cidade, dominando os moradores locais e recrutando jovens pobres e sem perspectivas para o consumo de drogas e a delinquência, o que contribui para a degradação dos padrões de sociabilidade, para o crescimento da violência e do estigma residencial. Esses processos têm levado a uma visão preconceituosa e criminalizante dos espaços residenciais de baixa renda e dos seus moradores, que passam a ser associados à delinquência e à violência, atingindo, principalmente, os jovens das classes populares, obrigados, algumas vezes, até a esconder o seu endereço, para evitar esse estigma.

Por tudo isso, fica patente que a diferenciação do território e o processo de segregação não constituem fenômenos exóticos e irrelevantes, mas que, contribuindo para a reprodução da pobreza e das desigualdades, eles representam um problema a ser enfrentado para a construção de cidades mais justas e democráticas.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Ângela M. C.; CARVALHO, Inaiá M. M. de. Segregação e Emprego. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de. et al (Orgs.). **Metrópoles na Atualidade Brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). Efeitos do Lugar. In: _____. **A Miséria do Mundo**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-214.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de; BORGES, Ângela M. C. **Região Metropolitana de Salvador na Transição Econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho: relatório de pesquisa**. Salvador: [UCSal], 2014. 28 p.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. A Cidade Como Negócio. **EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**. Santiago de Chile, v. 39, n. 118, p. 5-26. 2013.
- CARVALHO, Inaiá M. M. (Org.). **Como Anda Salvador**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CARVALHO, Inaiá M. M. Estrutura Social e Organização Social do Território na Região Metropolitana de Salvador: Relatório de Pesquisa. Salvador: [EDUFBA], 2014. 29 p.
- FRANCO, Ângela; SANTOS, Elizabet; GABRIELLI, Lívia. Salvador dos Novos Horizontes. **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v.5, n.2, p. 21-29, maio/ago. 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**: características da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 10 out. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**: características da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey L. **Urban Fortunes**. Califórnia: University Californian Press, 1987.
- MARKUSEN, Peter; VAN KEMPEN, Ronald. **Globalizing Cities: a new spatial order?** Oxford and Malden: Blackwell. 2004.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Q.; LAGO, Luciana. O espaço social nas grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife: ANPUR, n. 3, out. 2000. p. 111-129.
- SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas do final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

Abstract

This Article discusses the socio-espacial segregation and the urban segmentation, in Salvador City, Bahia State's Capital and the third greater Brazilian metropolis. Emphasizing the importance concerning the above-mentioned theme and the so-called "effect territory" for the urban inequalities production and reproduction in the great Brazilian Cities, the Text analyzes the urban territory differentiation standards, in Salvador and their articulations with the socio-economical and racial conditions. One turns back to the transformations occurred more recently, in the City urban structures and takes its conclusions pointing out their life conditions and population vulnerability.

Key words: Socio-spatial segregation. "Effect territory". Urban inequalities. Salvador.